

4

Contrato narcisista e conjugação do futuro: dois aspectos da formação do Eu

As noções de “contrato narcisista” e “projeto identificatório” merecem atenção porque veiculam a importância que Aulagnier atribui ao social na constituição do sujeito, e ressaltam a dimensão da temporalidade que está em jogo com a entrada em cena do Eu. O conceito de “Eu antecipado” é emblemático desta importância na medida em que indica o quanto a relação com os primeiros enunciados maternos é promotora de identificação.

4.1

Contrato narcisista: a relação do Eu com o social

Através da expressão “contrato narcisista”, Aulagnier pretende dar conta de um último fator que participa da constituição do Eu. O primeiro contato que a criança tem com o social se dá através do meio familiar, isto é, através da forma como a família é marcada pelo grupo ao qual pertence. Vimos o quanto é importante que os pais pré-invistam o novo ser que nascerá reconhecendo-o em sua alteridade. Este investimento é necessário, e até mesmo fundamental para a constituição do eu. Porém, não é suficiente. É preciso que o grupo social também exerça essa função de antecipação, projetando sobre a criança recém-nascida uma série de expectativas compatíveis com o lugar que ela supostamente ocupará. Além disso, é essencial que o indivíduo encontre neste contexto os emblemas identificatórios que precisará investir quando for chegado o momento de se afastar deste primeiro suporte representado pela família.

O meio social representado como “o conjunto das vozes presentes” traduz-se para cada família através do grupo social mais próximo. Este grupo emite uma série de enunciados, dos quais os mais importantes são aqueles que definem a razão de ser do grupo, a sua origem e o seu futuro. São designados por “enunciados do fundamento” ou “fundamento dos enunciados” e possuem um papel determinante no processo identificatório dos indivíduos porque possuem um

ponto em comum: “sua função de fundamento é uma condição absoluta para que se preserve uma concordância entre o campo social e o campo lingüístico, permitindo uma interação indispensável ao funcionamento dos dois” (Aulagnier, 1975: 184). Contudo, a autora faz uma advertência: para que os enunciados exerçam esta função, eles devem ser investidos pelos membros do grupo como objeto de certeza. Caso contrário, “eles serão abandonados e substituídos por uma nova série”. O mais importante é que “de qualquer maneira, a função não ficará jamais sem titular” (Aulagnier, 1975: 185).

O contrato narcisista estabelece-se numa dialética entre “meio ideal” e “sujeito ideal”. O indivíduo, investindo os enunciados do fundamento do meio, colabora para a subsistência e manutenção do “meio ideal”. Em contrapartida, ele pede ao grupo que lhe assegure o direito de ocupar um lugar independente do veredicto parental. Sendo assim, o grupo social dá ao indivíduo um lugar, um papel que porta o título de “sujeito ideal”²⁴, fazendo com que ele seja reconhecido pelo grupo social mais amplo. Sobre o “sujeito ideal”, Aulagnier escreve:

Esta designação deve ser separada do registro identificatório em sentido estrito [do imaginário]: ela é co-extensiva a ele, segue uma via paralela, mas não pode ser a ela identificada. Ela permite uma apreensão que vai demarcar a problemática identificatória, fazendo com que esta última não seja totalmente aprisionada na armadilha da relação imaginária (Aulagnier, 1975: 187).

Assim, parte do que o indivíduo investir narcisicamente em seu processo identificatório será transferido para o grupo que, apontando uma promessa de futuro, protege-o da destruição. Isso é o que Aulagnier chamou “contrato narcisista”. Contrato, justamente, porque há dois signatários: a criança e o grupo social ao qual ela pertence.

O discurso do meio oferece ao sujeito uma certeza sobre a origem que compõe, junto com o saber materno e paterno, o acesso a uma historicidade fundamental no processo identificatório, sem a qual o Eu não consegue alcançar o limiar de autonomia exigido para o seu funcionamento. Sua importância reside no fato de que este discurso resguarda o sujeito de absorver os enunciados parentais como garantia exaustiva e suficiente.

²⁴Este sujeito instituído a partir do meio não é sinônimo do eu ideal ou mesmo do ideal do eu, ambos fruto da relação familiar. Ele refere-se ao sujeito do grupo, à idéia de si mesmo que o sujeito pede ao grupo no sentido de reconhecê-lo como um elemento pertencente a este todo.

De acordo com a autora, a definição dada ao contrato narcisista implica na sua universalidade, na medida em que todo sujeito é, efetivamente, cosignatário. A variável é a quota de libido narcísica investida por cada indivíduo. É justamente a qualidade e a intensidade do investimento que liga a família ao meio, bem como a particularidade das referências e emblemas que ela privilegiará, que marcarão de forma decisiva o espaço no qual o eu da criança deverá constituir-se. Arriscaria dizer que o caráter universal do contrato deve-se ao fato de o sujeito não poder passar sem ele, uma vez que, quando chega ao mundo, as regras e convenções relativas ao meio social no qual ele viverá cedo lhe são transmitidas através dos enunciados maternos. Por outro lado, não se pode dizer que as cláusulas deste contrato são as mesmas em todas as culturas, em todas as épocas e, até mesmo, em todos os grupos de uma mesma cultura. Sendo assim, diríamos que o caráter variável do contrato reside neste ponto: na ‘escolha’ destas cláusulas.

Aulagnier é bastante clara quando afirma que as variações que permeiam a relação do casal com o meio não desempenham um papel tão determinante no destino do sujeito quanto às situações em que há uma ruptura nesta relação. A autora apresenta duas situações a esse respeito: a primeira é quando o pai, a mãe ou ambos recusam as cláusulas essenciais do contrato, o que revela uma grande falha em sua estrutura psíquica. A outra, mais difícil de ser detectada, é quando o meio recusa-se a reconhecer o casal enquanto autêntico representante destas cláusulas. O importante de ser destacado, todavia, é que, independente de onde venha a recusa, a ruptura do contrato pode acarretar em sérias conseqüências sobre o destino psíquico da criança.

Em “Os destinos do prazer” (1979), a questão do contrato narcisista está inserida nas reflexões sobre “as convicções partilhadas” ou o “duplo princípio de causalidade”: a causalidade demonstrada e a causalidade interpretada. A primeira diz respeito ao conjunto de definições às quais o sujeito recorre para atribuir sentido à realidade exterior, ou seja, é o conjunto de pressupostos nos quais ele confia porque são acompanhados de uma “garantia cultural” que lhe assegura que eles foram submetidos às verificações exigidas e exigíveis. Quanto à segunda, como o próprio nome indica, diz respeito a uma causalidade particular, ou seja, ao sentido que determinado sujeito atribui às suas vivências. O mais importante a ser destacado é que estas causalidades são co-existentes para todo sujeito. “À

‘causalidade demonstrada’ referente à realidade, o sujeito acrescentou uma ‘causalidade interpretada’ referente à **sua** realidade” (Aulagnier, 1979: 51).

Aulagnier chama atenção para o fato de que o sujeito só confia em sua sensorialidade - que, segundo ela, é o que temos de menos cultural -, porque conserva a convicção de que as percepções provenientes dela são universais, já que compartilhadas pelos outros, possibilitando a mesma convicção sobre a identidade do observado. Esse processo não é diferente quando o que está em jogo é o conjunto dos pensamentos através dos quais o sujeito pensa e fala a respeito da realidade que o rodeia. Por isso, a autora formulou uma das cláusulas do contrato narcisista nos seguintes termos:

Para que estas duas realidades sejam pensáveis, dizíveis, comunicáveis aos outros, é preciso que o sujeito tenha podido conservar os pontos de certeza partilhados por todos, o fundamento dos enunciados que não são nem a sua criação, nem o resultado de uma demonstração que ele poderia refazer cada vez que o desejasse, mas um dado imposto pelo discurso dos outros, certezas que lhe permitem assegurar-se de que um limite é imposto ao questionamento e à dúvida, que devem encontrar um ponto final (Aulagnier, 1979: 77).

Interessante é que Aulagnier extrapola estas questões para o nosso ofício de psicanalistas afirmando que ‘ser psicanalista’ e ‘ser freudiano’ também pressupõe uma série de convicções partilhadas que dizem respeito aos universais da teoria psicanalítica. Por outro lado, não é possível abrir mão das marcas absolutamente singulares implicadas neste processo. A questão, então, é como estabelecer esta dança. A autora levanta alguns pontos instigantes, principalmente porque nos remete à questão que motivou esta tese: diante de um cenário social tão distinto da época de Freud, o arcabouço teórico construído por ele continua tendo lugar? É possível continuar escutando e pensando a clínica na atualidade a partir destes referenciais?

Acredito que sim, e a teoria de Aulagnier corrobora essa resposta. Se for verdade que testemunhamos uma clínica com características distintas das do tempo de Freud, a autora encoraja-nos a não transformar os impasses em impossibilidades teóricas. A afirmação de que as “convicções partilhadas” no meio psicanalítico não funcionam da mesma forma quando se está no registro da psicose ou mesmo do que se convencionou chamar de “estados-limite” é preciosa porque nos estimula a ampliar a metapsicologia freudiana sem destituí-la.

4.2

O projeto identificatório

No texto “Demanda e identificação”, incluído na série de artigos que compõem o livro “Um intérprete em busca de sentido I” (1990), Aulagnier elege o conceito de demanda, tal como formulado por Lacan em “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” (1958) para ajudar a compreender em que consiste a identificação: “Por intermédio da demanda todo passado se entreabre até os confins da primeira infância. Demandar, o sujeito nunca fez outra coisa, não pôde viver senão por isso, e nós damos seqüência a isso” (Lacan, *Apud* Aulagnier, 1990: 192).

O postulado criado pela autora segundo o qual “a oferta precede a demanda” deve-se a dois fatos. Primeiro, é na e pela resposta do Outro que o sujeito descobre o que não sabia demandar. Segundo, o objeto oferecido funciona como suporte de um primeiro processo identificatório. A partir disso, a evolução da dialética identificatória suceder-se-á em três tempos: a identificação primária, a identificação especular e a identificação ao projeto, mais conhecida como identificação simbólica, que será examinada a seguir.

4.2.1

Identificação primária

A identificação primária diz respeito ao momento inaugural da atividade psíquica, ela abre o jogo identificatório composto, nesse momento, pelo *infans* e sua mãe. É aqui que o postulado de que a oferta cria a demanda tem o seu lugar, na medida em que é o desejo da mãe que irá interpretar as primeiras manifestações do seu bebê. Com o ensinamento de Freud de que a demanda do recém-nascido, muito mais do que simples manifestação das suas necessidades, é uma demanda de libido, de desejo, Aulagnier apresenta a seguinte dialética para a identificação primária: “A mãe deseja que o *infans* demande” e “O *infans* demanda que a mãe deseje” (Aulagnier, 1990: 197).

Esta demanda do *infans*, à qual o desejo da mãe visa, é sem objeto, é demanda do tudo, de uma avidez sem limite, assim como o é o poder infinito atribuído ao ofertante - a mãe. A demanda primária será respondida através da

oferta de um objeto, em geral, o seio. Porém, como a demanda é, antes de tudo, demanda libidinal e, por isso, demanda de desejo; o demandante institui este desejo como causa de seu próprio desejo.

O que será introjetado²⁵ em primeiro lugar é esta função da causa, e a primeira consequência desta introjeção é que o sujeito constitui-se *ipso facto* como desejo daquilo que a mãe deseja: “É, então, no lugar desse Outro, nesse discurso estranho, que surgirá, para ele, a primeira ‘nomação’ dos objetos do desejo, primeira série de significações das quais pode dispor” (Aulagnier, 1990: 198). Por outro lado, essa demanda do seio não significa, para a mãe, uma demanda alimentar, e sim aquilo que a coloca como fornecedora de vida, de amor. É ela quem deseja ser demandada, enquanto alguém que garante a vida de outro, ao lhe oferecer o seio.

Assim, Aulagnier constrói a seguinte analogia - “Poderíamos dizer que a boca é para o seio aquilo que o *infans* é para a função materna: um atributo indispensável para o estatuto recíproco de ambos” (Aulagnier, 1990: 199) -, chamando atenção para a dupla função do seio na identificação primária, matriz da identificação significante e da identificação pré-especular. O que especifica a identificação primária é a dupla alienação do *infans* no desejo e no imaginário da mãe. Esta dupla alienação só será encontrada, nos adultos, em casos de psicose.

4.2.2

Identificação especular

Este é o segundo tempo da identificação, consagrado por Lacan como o “estádio do espelho”, no artigo “O estádio do espelho como formador da função do eu” (1949). O encontro entre sujeito e Eu especular é o que vai instaurar o registro imaginário como lugar das identificações do Eu, proporcionando ao sujeito uma aparente autonomia neste registro.

O ponto de partida é o momento do encontro entre um olhar e um visto, tomado por aquele que olha como idêntico a si mesmo, isto é, o momento do “Eu é isso”. Esse estádio impõe uma primeira substituição na dialética identificatória,

²⁵ “Entendemos por esse termo a operação pela qual um traço pertencente ao inconsciente materno, ou seja, um significante de um desejo heterogêneo, é metabolizado como substância própria” (Aulagnier, 1990: 198).

na medida em que o sujeito passa a possuir uma imagem de si através da qual pode representar-se como diferente da mãe, como objeto de seu prazer e como objeto de seu próprio prazer. Desta forma, esta imagem unificada passa a ser “veículo da libido de objeto e ímã da libido narcísica” (Aulagnier, 1990: 203).

Através deste duplo papel da imagem especular, a autora pretende chamar atenção para a fragilidade dessa fronteira traçada entre o registro narcísico e objetal. Por um lado, há esse momento em que, pela primeira vez, o sujeito pode apreender-se como unidade autônoma, “primeiro bem do qual seria senhor”, por outro lado, isso ocorre até que ele descubra que esse bem “só pode tirar o seu brilho do fato de ser objeto de prazer para outro” (Aulagnier, 1990: 204).

Contudo, esse momento da dialética identificatória terá um caráter específico, diferente da identificação primária, na medida em que esta alienação passará a ser mediada pelo objeto da demanda. “A partir deste primeiro enunciado ‘Eu é isso’, o ‘isso’ não aliena mais de modo direto o enunciante do campo do Outro, mas mediatiza-se graças ao objeto, que chamamos objeto de demanda” (Aulagnier, 1990: 204). Sendo assim, o Eu passa a definir-se pela demanda: ele é função daquilo que tem, daquilo que dá, daquilo que cobiça.

4.2.3

Identificação ao projeto

Aulagnier apresenta um preâmbulo a este terceiro momento – identificação ao projeto -, que diz respeito à castração enquanto “tempo para compreender”. Entre a identificação pré-genital e a identificação pós-edípica, o sujeito deve passar por uma prova, designada por Freud pelo termo “castração”; assinalando uma ruptura entre a demanda anterior e a que se seguirá. A última deverá permanecer aberta, preservando “o desvio irreduzível que separa o obtido do almejado” (Aulagnier, 1990: 210).

Este tempo só pode advir quando três condições forem cumpridas: a crença atribuída pela criança à ameaça materna, o reconhecimento do papel privilegiado do pênis enquanto fonte de prazer, e a descoberta de que este objeto falta nas meninas, daí a idéia de que este lhe fora arrancado em razão de alguma falta (Aulagnier, 1990: 210-1). A autora chama atenção para o fato de que este é o único caso em que Freud faz da crença em um enunciado mentiroso da mãe (a

ameaça) uma condição essencial para que o sujeito possa aceder à estrutura edípica. Se tudo correr bem, o “tempo para compreender” culminará no abandono do objeto, enquanto emblema identificatório, e na sua substituição pelo projeto tal como se constitui depois do complexo de Édipo.

4.2.3.1

O projeto identificatório

“Definimos por projeto identificatório a auto-construção contínua do Eu pelo Eu, necessária para que esta instância possa projetar-se num movimento temporal, projeção à qual depende a existência do Eu” (Aulagnier, 1975: 193). De saída, a autora destaca que a entrada em cena do Eu implica necessariamente o acesso à temporalidade e, com ela, o conceito de diferença naquilo que ele tem de mais difícil de assumir: a diferença de si para si. Para colher os melhores frutos desta noção, é fundamental examinar como Aulagnier formula o advento do Eu.

O processo secundário é o modo de funcionamento psíquico do Eu. Em função da sua exigência de significação, o Eu atribuirá a tudo aquilo que vive uma causalidade inteligível, de acordo com o postulado que rege esta instância. Os produtos deste modo de funcionamento são as idéias ou representações ideativas ou, ainda, os enunciados.

Respondendo à pergunta de Luis Hornstein sobre a razão pela qual ela insiste na diferença entre a sua noção de Eu e a de Freud, Aulagnier responde que o que ela entende por *Je* [Eu], termo eleito no lugar de *moi* é o seguinte:

Para mim o Eu é uma instância que está diretamente vinculada à linguagem. Não há lugar em minha concepção metapsicológica para o conceito freudiano de eu indiferenciado. Nesse sentido não se pode fazer uma equivalência entre a maneira como Freud serve-se do conceito de eu e o que defini como Eu. Defini um conceito para mim fundamental que é o de Eu antecipado e não se pode falar de um eu [*moi*] antecipado no discurso materno. Nisto sou fiel (fiel não quer dizer que não o interprete à minha maneira) ao lugar que Lacan dá ao discurso no nascimento dessa instância que chamo de Eu e que se constitui pela apropriação desses primeiros enunciados identificantes construídos pela mãe. O Eu antecipado é um Eu historicizado que inscreve a criança em uma ordem temporal e simbólica (Aulagnier *Apud* Hornstein, 1994: internet).

Se por um lado, a autora não nega a marca do ensino lacaniano em suas formulações, por outro, faz uma advertência: diferentemente de Lacan, para ela, o

Eu não está condenado ao desconhecimento e não é uma instância passiva. Apesar dos primeiros identificados serem promovidos pelo discurso materno, o Eu também é uma instância identificante não sendo, portanto, um produto passivo do discurso do Outro. Segundo Aulagnier, “viver exige a satisfação de uma série de necessidades, às quais o *infans* não pode suprir de maneira autônoma: mas, exatamente por isso, as necessidades da psique exigem uma resposta, sem a qual ele pode, apesar do seu estado prematuro, decidir recusar a vida” (Aulagnier, 1975: 131).

Sendo assim, à medida que o Eu é antecipado pelo desejo e pelo discurso materno, ele não pode coincidir com o eu freudiano, nem com o eu lacaniano, uma vez que é constituído por duas dimensões: a identificada (proveniente do discurso materno) e a identificante (que não é produto passivo do discurso do Outro). Delia Goldfarb (2004) exprime de forma bastante clara o que Aulagnier cunhou como as dimensões “identificante” e “identificado” do Eu. A primeira designa o trabalho de investimento do eu, enquanto a segunda refere-se ao enunciado do porta-voz, com o qual o identificador identifica-se.

De acordo com Aulagnier, o Eu possui duas funções: pensar e investir. Sua tarefa é ser capaz de pensar sua própria temporalidade. Para isso, precisa antecipar, investir um espaço-tempo futuro que, paradoxalmente, coloca-lhe em contato com a questão do imprevisível e da finitude. Ou seja, ao investir no futuro, o sujeito “investe um objeto e um objetivo que possuem as propriedades que o Eu tem mais horror: a precariedade, a imprevisibilidade e a possibilidade de faltar” (Aulagnier, 1979: 22).

Por outro lado, se a particularidade do Eu é ter sido, no início, efetivamente uma idéia, um nome, um pensamento falado pelo discurso de outro, o discurso também adquire uma função: função identificatória. A partir disso e inspirada em Schreber, a autora distingue dois subconjuntos que desempenham papel fundamental no registro identificatório, designados de “linguagem fundamental”²⁶. O primeiro diz respeito aos termos que nomeiam o afeto, e que, pelo ato de enunciação, transformam-se em sentimentos. O segundo refere-se aos

²⁶Sob o termo “linguagem fundamental” Aulagnier assinala a violência necessária que representa para a criança ter que ligar a sua vivência afetiva singular a uma nomenclatura universal, como alegria, tristeza, amor, ódio, etc.

termos que designam os elementos do sistema de parentesco de uma determinada cultura.

Mais do que a nomenclatura do afeto, Aulagnier valoriza a sua interpretação no sentido mais forte do termo, ligando “uma vivência incognoscível em si mesma a uma causa suposta adequada ao que vivenciamos” (Aulagnier, 1975: 163). Com isso ela indica a impossibilidade de conformidade entre afeto e sentimento. Mais do que isso, ela indica a importância de o discurso – principalmente o discurso materno, primeiro discurso com que o *infans* tem contato -, apresentar-se como uma construção aberta, que permite ao sujeito colocar algo de seu.

Numa definição tautológica, chegamos à formulação segundo a qual “o Eu não é nada mais do que o saber do Eu sobre o Eu, e a esta definição podemos acrescentar um corolário: o saber do Eu sobre o Eu tem como condição e objetivo assegurar ao Eu um saber sobre o Eu futuro e sobre o futuro do Eu” (Aulagnier, 1975: 193). Esta definição traz para a cena a experiência da castração²⁷, na medida em que só se pode falar em um “eu constituído” (apesar de saber que ele está em permanente construção) quando este é supostamente capaz de renunciar ao atributo de certeza. A possibilidade de investir em emblemas identificatórios valorizados pelo meio, e não mais pelo discurso parental, é correspondente à modificação sofrida pela problemática identificatória e pela economia libidinal, após o declínio do complexo de Édipo. A partir deste momento novas referências irão modelar a imagem à qual o Eu espera tornar-se conforme.

Esta imagem constitui-se em dois tempos. O primeiro é aquele em que a criança começa a formular um “quando eu for grande, eu...”. Embora esta formulação inclua a conjugação de um tempo futuro, o complemento da sentença ainda fica restrito ao universo parental: “... casarei com a mamãe”. Nesse momento, há uma ambigüidade da criança em relação ao tempo futuro, uma vez que ela retorna ao tempo em que acreditava ser o objeto de desejo privilegiado da mãe. Na fase seguinte, este mesmo enunciado receberá um complemento mais amplo: “... eu serei isso (um médico, advogado, dentista)”. Independente do termo, o importante é que ele indique um predicado compatível com o sistema de

²⁷A castração pode ser definida como a descoberta, no registro identificatório, de que não ocupamos jamais o lugar que acreditávamos nosso, e que, inversamente, já estávamos destinados a ocupar um lugar no qual não poderíamos ainda encontra-nos (Aulagnier, 1975: 158).

parentesco ao qual o sujeito pertence, indicando o acesso ao registro simbólico. Além disso, esse segundo momento marca uma relação diferente da criança com a temporalidade. Se, por um lado, os atributos deste “isso” (médico, advogado, etc.) ainda estão perto do primeiro alvo, por outro lado, o “eu médico”, por exemplo, já é diferente do “eu” de outrora, marcando uma diferença entre passado e futuro.

O ponto chave dessas formulações é que elas permitem vislumbrar o processo pelo qual o Eu passa para ser capaz de reconhecer e aceitar uma diferença entre o que ele é e o que ele gostaria de ser. Diferença absolutamente fundamental para que ele possa lançar-se em direção a este projeto, que nada mais é do que “a construção de uma imagem ideal que o Eu se propõe a si mesmo, imagem que poderá aparecer num espelho futuro como reflexo daquele que olha” (Aulagnier, 1975: 195).

O processo identificatório coloca em movimento o “tornar-se”, que permite uma separação entre o Eu e o seu projeto. O que o Eu pensa ser deve corresponder a um “a menos” em relação ao que ele deseja tornar-se, isto é, entre o “Eu” e o seu “projeto identificatório” deve permanecer uma distância. Na psicose esta distância é anulada na medida em que é o passado que será instaurado como repetição, através de uma reconstrução delirante de uma história perdida.

Para o sujeito não psicótico, no plano da identificação, é fundamental que haja uma diferença, um “x”, representando o que deveria ser acrescentado ao Eu para que os dois coincidissem: $\text{Eu futuro} - \text{Eu presente} = \text{“x”}$ que deveria ser acrescentado ao que é. Esse “x” deve permanecer ausente, marcando a falta que separa o eu real do eu ideal. Sendo assim, ele possui uma dupla função: ele representa a assunção da experiência de castração, e é “o elemento pelo qual o sujeito preserva um lugar àquilo que chamamos de ‘esperança narcisista’” (Aulagnier, 1990: 220). Se, nesse período posterior ao Édipo, o sujeito tem condições de abrir mão da crença de que basta desejar para ter, por outro lado, não renunciará à esperança de um encontro entre o eu e o ideal, em total conformidade. “O voto narcisista continuará em obra, sendo façanha do sujeito poder preservá-lo, aceitando essas remessas infinitas de um projeto a outro, de um hoje a um amanhã; sua façanha é ter tido sucesso em estabelecer um compromisso entre esperar e viver” (Aulagnier, 1990: 220).

A angústia de castração é aquela que toma o sujeito no momento em que ele se dá conta de que não pode passar sem o Outro. Existe uma dependência em

relação à imagem que o olhar do Outro lhe envia, e dela ele nunca poderá abrir mão totalmente. Ao mesmo tempo, nada garante a permanência desse olhar. “A angústia de castração é o tributo que todo sujeito paga a esta instância que se chama o Eu e sem a qual ele não poderia ser sujeito de seu discurso” (Aulagnier, 1975: 199). Sendo assim, castração e identificação são as duas faces de uma mesma moeda, na medida em que o eu será tomado de angústia toda vez que as referências identificatórias oscilarem.

Aulagnier é categórica ao afirmar que nenhuma cultura pode proteger o sujeito contra o perigo desta oscilação, assim como o sujeito não pode passar sem atravessar a experiência de angústia. Contudo, ela reconhece que existem formas particularmente ansiogênicas tanto na estrutura familiar, quanto na social, que podem contribuir para o surgimento de reações psicóticas. O acesso ao projeto identificatório significa que o sujeito pôde ultrapassar a experiência fundamental de renunciar aos objetos que, na primeira fase de sua vida, compuseram os suportes de sua libido objetal e narcísica.

Além desta função, o projeto identificatório é responsável pelo “Eu inconsciente”. O Eu é uma composição de uma série de enunciados nos quais ele sucessivamente se reconheceu. Toda vez que estes enunciados colocam em perigo a coerência do projeto identificatório investido pelo Eu, este os recalca, redundando no “Eu inconsciente”. O projeto, portanto, possui uma dupla responsabilidade: oferecer ao Eu uma imagem futura na qual ele pode projetar-se, e manter os enunciados passados que tecem a história que permite ao Eu construir uma narrativa sobre si. Por outro lado, para que o Eu possa funcionar de acordo com o seu projeto, é preciso que uma parte dos enunciados, coincidindo com parte do próprio Eu, seja excluída. A partir disso, opera-se uma clivagem entre o Eu, como saber identificatório inteligível e dizível representado pelos enunciados adequados às leis do discurso e do sistema de parentesco, e uma parte composta pelo conjunto dos enunciados que representam momentos da história libidinal do Eu: essa parte constitui o inconsciente do eu (Aulagnier, 1975: 201).

Aulagnier abre o livro de 1979, “Os destinos do prazer”, no qual ela trata das relações passionais como uma saída entre a neurose e a psicose, ainda desenvolvendo sua teoria sobre o projeto identificatório. Ela não se afasta daquilo que havia postulado antes, aliás, me arisco em dizer, que ela não apresenta maiores novidades, a não ser a equivalência que estabelece entre o seu projeto

identificatório e o ideal do eu freudiano, reforçando a idéia da clivagem do Eu, mencionada acima.

Diferentemente dos processos anteriores – originário e primário -, em que a certeza causal é uma característica fundamental, as construções do processo secundário passam a incluir a experiência da dúvida. Para que o Eu possa manter-se no espaço da dúvida, ele precisa, paradoxalmente, ter conseguido preservar o investimento de certas referências simbólicas que o colocam ao abrigo de qualquer perigo, isto é, de qualquer dúvida. É através da relação do identifiante com os pontos de certeza veiculados pelo identificado que a identificação simbólica se forma. Graças a ela o Eu “garante o seu direito inalienável de se reconhecer identificado e identificável a uma série de funções que possuem valor universal e independente da ‘coisa’ real que as encarnou num primeiro tempo” (Aulagnier, 1979: 23). Neste sentido, a função paterna e a posição de filho ou de pai tornam-se independentes dos representantes reais na família da criança. O Eu não tem como manter-se sem estar ancorado nestes pontos de certeza.

Sendo assim, a prova da dúvida no registro da identificação abrange tudo o que extrapola os pontos de certeza, e é justamente por isso que ela constitui-se como uma prova equivalente à castração no registro do pensamento. Esta dúvida, contudo, não pode ir além de um determinado limite, para que o identifiante possa antecipar e investir aquilo que o Eu poderá tornar-se. O Eu não pode abrir mão da possibilidade de ver deslocar-se diante de si um projeto no qual ele deve investir por antecipação. Este deslocamento re-lança o desejo de encontrar uma conformidade entre o pensamento e a coisa:

Os suportes do projeto identificatório ou os “ideais do eu” são investidos graças à ilusão da supremacia da imagem de palavra. Criando por antecipação “a idéia do que o eu se tornará”, isto é, investindo e pensando um eu que não pode, no momento em que ele é antecipado, desmentir o pensamento, já que a ‘coisa’ à qual ele se refere ainda não existe, o aparelho de pensar ou o identifiante é movido pela esperança da abolição de toda distância, de toda diferença entre palavra e coisa e, mais precisamente, entre o eu pensado e o eu na sua inapreensível realidade. É fácil demonstrar que este desejo comporta também a louca esperança da abolir o que, no espaço do eu, é o efeito da existência do inconsciente: a identidade entre a palavra e a coisa pressuporia um conhecimento total e absoluto do espaço psíquico (Aulagnier, 1979: 24).

Apesar de não ser uma escolha do Eu, a prova da dúvida é uma experiência da qual ele não pode escapar porque ela se impõe em função do contato com o meio externo, especialmente, com o pensamento dos outros que veiculam o risco de tornar sem valor o próprio pensamento, e vice-versa.

Aulagnier aprofunda a questão da dúvida articulando-a ao *wiess-trieb*: termo que denota uma pulsão cuja meta e objeto são o conhecimento. A partir disso, ela postulará que todo ato de conhecimento é precedido por um ato de investimento, o que levará à teoria sexual infantil freudiana, como sendo aquela que irá responder sobre a origem, isto é, sobre a causa do nascimento, do sofrimento e do desejo. O “momento da dúvida” é essencial à estrutura do Eu e à atividade do pensamento - na medida em que aceita a supremacia do princípio de realidade -, compondo mais um dos universais do funcionamento psíquico.

A perda de prazer proveniente da entrada em cena do princípio de realidade é compensada pelo prazer relativo a uma nova conquista, qual seja, certa autonomia do pensamento, que introduzirá a possibilidade de julgar o verdadeiro e o falso veiculados pelo discurso materno.²⁸ Passa a haver uma independência do julgamento em relação às figuras amadas e idealizadas, na medida em que elas não possuem mais a função de garantia. É fundamental para a atividade psíquica da criança que ela possa entrar em conflito com o pensamento do outro sem que, por isso, venha a temer a morte de um dos dois pensamentos. Contudo, há casos em que essa separação desaparece ou reduz-se de tal forma que se estabelece o estado de alienação, postulado por Aulagnier, como uma alternativa à psicose. Antes de abrir o capítulo em que será apresentado, cabe examinar a noção de potencialidade psicótica.

4.3

A potencialidade psicótica

A idéia de potencialidade psicótica é apresentada em 1975, no livro “A violência da interpretação”, através da seguinte definição:

²⁸Cabe lembrar que Aulagnier define por “verdadeiro” um enunciado que leva em consideração as circunstâncias reais, assim como Freud.

Não se trata de uma possibilidade latente, comum a todo sujeito, mas antes uma organização do psiquismo que pode não produzir sintomas manifestos, mas que mostra, cada vez que podemos analisá-la, a presença de um pensamento delirante primário enquistado e não reprimido. Este quisto pode conseguir arrebentar sua membrana para invadir, com seu conteúdo, o espaço psíquico: quando isso acontece, passamos do potencial ao manifesto (Aulagnier, 1975: 223)²⁹.

A autora situa a potencialidade psicótica como análoga ao “pensamento delirante primário” para, mais tarde, ampliá-la e pensá-la em termos das possibilidades do funcionamento psíquico frente às suas posições identificatórias. Conforme indica Mijolla-Mellor (1998), a potencialidade psicótica não se revela como resultado de um diagnóstico apoiado em critérios pré-estabelecidos. Para identificá-la, conta-se com a contratransferência, que sinaliza algo da ordem de uma solicitação experimentada como estranha e até mesmo perigosa. De forma geral, o diagnóstico em psicanálise apóia-se no campo transferencial

Apesar de não pretender esgotar os fatores causais ao teorizar sobre a psicose, Aulagnier identifica uma série de elementos que estão freqüentemente presentes na “realidade histórica” de quem se tornou psicótico, a partir dos quais o discurso do sujeito constrói a interpretação que nomeamos delírio. A incapacidade de um sujeito funcionar de acordo com uma lógica comum, não delirante, não significa um déficit, mas, ao contrário, aponta para um “a mais” que indica a necessidade de se apelar para uma lógica delirante a fim de tentar dar conta de algo que não poderia ser resolvido de outra forma. Neste sentido, assim como o sintoma, o delírio é uma tentativa de auto-cura, um remédio contra o sofrimento.

Esta perspectiva é a mesma sustentada por Freud em 1924, no artigo “Neurose e psicose”, quando ele afirma que o delírio é uma tentativa de reparação, de reconstrução e reinvestimento dos objetos, depois da ruptura entre o eu e a realidade. Diferentemente da neurose, onde a reparação efetua-se às expensas do eu, na psicose, ela se faz às custas de uma modificação na relação com a realidade: “O eu cria, autocraticamente, um novo mundo externo e interno, [...]: esse novo mundo é construído de acordo com os impulsos desejosos do eu e o motivo dessa dissociação do mundo externo é alguma frustração muito séria de

²⁹ Aulagnier chama atenção para o fato de que o termo ‘potencialidade psicótica’ designa o que seria mais correto chamar de ‘potencialidade esquizofrênia’ ou ‘potencialidade paranóica’.

um desejo por parte da realidade – frustração que parece intolerável” (Freud: 1924: 191).

Contudo, Aulagnier diferencia-se de Freud na medida em que ela não situa o conflito em termos de desejo e sim em termos do “pensável”, reportando-se à identificação do Eu. Vemos, então, que ela não descarta o que postulava em 1963, no artigo “Observações sobre a estrutura psicótica”, quando afirmou que o desejo estará para sempre interdito ao psicótico, e que ele ficará bloqueado no estádio da demanda. O sofrimento proveniente daí não decorre da frustração de um desejo, mas da frustração de uma demanda de reconhecimento da qual o sujeito é vítima. Ela chega, então, à idéia de que o psicótico foi intoleravelmente frustrado de uma significação que diz respeito às origens. Daí, a necessidade de lançar mão do que ela chama de “pensamento delirante primário”, que pode ser definido como “a interpretação que se dá o Eu sobre o que é causa das origens. Origem do sujeito, do mundo, do prazer e do desprazer” (Aulagnier, 1975: 223). Assim, na origem do pensamento delirante primário há, por um lado, uma frustração intolerável de uma significação que é relativa à origem do sujeito, do mundo, do prazer e do desprazer e; por outro, um desejo indomável, sustentado pela necessidade identificatória do Eu, que se recusa a ser reduzido ao silêncio.

Desde os primeiros textos até os últimos, Aulagnier sublinhou que todo Eu tem a necessidade fundamental de pensar que a sua existência faz sentido. Se esta significação falta no discurso do porta-voz ou no discurso do pai, o pensamento delirante primário vai tentar operar a reconstrução deste fragmento faltoso. Ele o fará de maneira ilusória, mas conforme as demandas identificatórias do Eu. Sendo assim, o pensamento delirante primário tem como tarefa transformar em verdadeiro um postulado do porta-voz claramente falso. Este postulado diz respeito à origem da história do sujeito, aos primeiros “escutados”. Estes se revelaram contraditórios com sua vivência afetiva. “Entre o comentário e o comentado instaurou-se uma antinomia. Aceitar o comentário e retomá-lo implicaria na apropriação de uma história sem sujeito e de um discurso que negaria qualquer verdade à experiência sensível” (Aulagnier, 1975: 225). Por outro lado, recusá-lo, implicaria experimentar uma vivência indizível. Diante deste impasse, resta ao Eu interpretar o comentário na tentativa de fazer coincidir, mesmo que de maneira duvidosa, um primeiro parágrafo, produzido pelo pensamento delirante primário, com o resto de sua história.

A partir de 1979, sem abrir mão da importância da presença de um pensamento delirante enquistado (e não recalcado) nas potencialidades psicóticas, Aulagnier passa a entender o delírio como uma tentativa de esconder o conflito que opõe as duas dimensões do Eu: a identificada e a identificante. Como vimos, a primeira é formada pelos pensamentos através dos quais a mãe pensa o bebê, chegando, inclusive, a antecipá-lo, ela é responsável pela preservação de alguns pontos de certeza³⁰; a segunda, a dimensão identificante, enquanto “agente da ação psíquica”, investe na primeira e no futuro.

As referências indispensáveis à identificação simbólica do Eu devem permanecer ao abrigo de qualquer questionamento para que ele possa funcionar. Quando estas referências perdem sua garantia, ocorre uma invasão catastrófica da dúvida que determina a entrada no campo conflitual da psicose. O recurso à certeza delirante não consegue dar conta da dúvida dramática que assola o psicótico, a qual ele não consegue reduzir ao silêncio. Ou seja, o delírio, por melhor estruturado que seja, não consegue esconder o conflito entre o identificado e o identificante.

Apesar de na psicose a criação de um Eu pensado e antecipado pelo porta-voz também estar em jogo - já que houve uma primeira apropriação de certo número de enunciados com função identificatória -, não foi dado a este identificante um lote de certezas necessário para que ele pudesse investir em um identificado que lhe daria a prova do poder, da autonomia e do valor da atividade de pensar e da função de identificar que lhe é própria. Esta esperança é cada vez mais reduzida, na medida em que o Eu identificado envia ao Eu identificante “um veredicto que declara insensato o conjunto de seus pensamentos, que o confronta com a sua própria impotência, com a nulidade de seu poder, com uma violência arbitrária contra a qual ele se descobre desarmado” (Aulagnier, 1979: 30).

Mijolla-Mellor (1998) chama atenção para o fato de que a formulação do conflito identificante-identificado permite à Aulagnier mostrar que a idealização do Eu do *infans* pelo porta-voz pode levar o Eu a experimentar uma raiva assassina frente ao Eu idealizado que ele não é:

³⁰ Cf. Aulagnier, P. “Os dois princípios do funcionamento identificatório: permanência e mudança.” In: *Um interprete em busca de sentido I*, 1984.

Não somente a psicose confronta-nos a esses fenômenos de idealização, mas o caráter impossível dos objetivos que ela proclama como tendo realizado nos confirma a impossibilidade para o Eu de um investimento que poderia retornar sobre o Eu atual, sobre o presente que ele vive e que justificaria a esperança de uma realização futura de suas aspirações (Aulagnier, 1979: 33).

Trata-se da impossibilidade, tanto para a criança, quanto, geralmente, para a mãe, de desidealizar o tempo infantil e a relação que ambas viveram naquela fase. Em função disso, “o psicótico é confrontado à impossibilidade de constituir e de investir em ideais, porque ele não pode investir nenhuma potencialidade de seu Eu atual, que lhe asseguraria um futuro possível e passível de investimento” (Aulagnier, 1979: 34). Isso significa que, na psicose, não há ideais de eu, e sim uma idealização trágica.

Vale ressaltar que, se em 1975, a alternativa à potencialidade psicótica era a morte, a morte psíquica, o autismo precoce, em 1979, Aulagnier apresenta outra saída: a alienação. Contudo, antes de aprofundar esta noção, com todas as possibilidades que ela oferece para pensar a clínica nos dias atuais, a idéia de potencialidade será apresentada como um desdobramento do conceito de potencialidade psicótica.

4.4

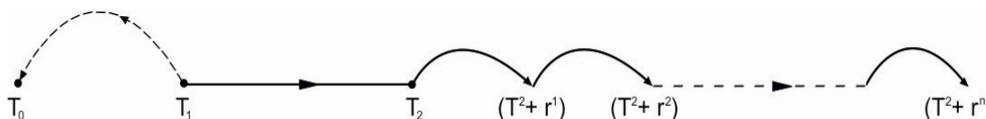
A noção de potencialidade

No livro “O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro” (1984), o conceito de potencialidade adquire uma acepção mais ampla. Violante (2001) lembra que, em 1975, Aulagnier utiliza o termo “potencialidade psicótica” sem uma definição mais precisa, apenas indicando um estado que poderia manter-se como tal ou redundar na eclosão de uma psicose. A potencialidade fica entendida como algo virtual, uma idéia muito próxima daquela de disposição psíquica a que Freud faz referência em sua série complementar.

Naquela época, Aulagnier sugerira que um dos índices que poderia revelar à escuta do analista tal potencialidade seria a presença de uma convicção estranha no discurso do analisando, mais ou menos pontual, acerca de seu funcionamento somático, sobre o seu sistema de parentesco e, menos freqüentemente, sobre as leis que regem a realidade. Nove anos depois, ela afirma que continua assinando embaixo de tal afirmação, contudo, trabalha com a idéia de potencialidade para

indicar que estas convicções podem sinalizar outros fenômenos psíquicos que não somente os psicóticos. Sendo assim, “o conceito de potencialidade engloba os ‘possíveis’ do funcionamento do eu e de suas posições identificatórias, uma vez terminada a infância” (Aulagnier, 1984: 228).

De acordo com a definição acima, a questão da potencialidade gira em torno do conceito de identificação, o que faz a autora retomar a teoria do processo identificatório que havia proposto em 1975, acrescentando dois pontos. O segundo deles diz respeito à questão da potencialidade. A partir do esquema abaixo,



T_0 designa o momento do nascimento do *infans*,

T_1 o advento do eu,

T_2 uma virada e uma encruzilhada no movimento identificatório, que não se prestam a uma definição unívoca.

O tempo zero representa o momento do nascimento do bebê, quando ocorre a identificação primária, que vai até o tempo um, momento do advento do Eu, através da identificação imaginária ou especular. Este tempo, por sua vez, marca o início de um novo percurso identificatório, que vai até o tempo dois, o “tempo de concluir”, no qual deve ocorrer a identificação simbólica, culminando com a identificação ao projeto.

Aulagnier localiza a questão da potencialidade justamente no tempo de fechamento que encerra um primeiro modo de identificação favorecendo um segundo tempo, no qual a questão do encontro é retomada. O “tempo de concluir” é o da identificação simbólica; nele, com a assunção (parcial) da castração, a potencialidade – neurótica, psicótica ou polimorfa – instala-se em definitivo:

Este conceito, na acepção mais ampla que tem aqui em comparação com o que eu tinha escrito sobre a potencialidade psicótica, explicita de outra forma o que está em jogo neste tempo infantil em que se decide não o devir do eu, sempre dependente dos encontros conflituos que os outros e a realidade lhe imporão, mas sim os “possíveis” à sua disposição para enfrentar e, eventualmente, superar o conflito (Aulagnier, 1984: 238).

No primeiro momento de seu percurso identificatório, o Eu acreditava na existência de um único identificado que, apesar de ser fonte tanto de prazer quanto de conflito, era vivido como o único possível no momento em que era encontrado. Esta crença está vinculada à extrema dependência que o Eu tem da imagem remetida por este outro, objeto de um investimento privilegiado. A partir de certo ponto desse percurso, ele adquire a capacidade de decodificar as diversas mensagens que os outros e a realidade lhe enviam, o que o impossibilita de acreditar na unicidade de um identificado:

Sua imagem, tal como a percebe no olhar do pai, da mãe, de um irmão mais velho, de um amiguinho, de um avô, lhe desvela que nenhum olhar pode ser único espelho e que o conjunto dos olhares destes outros, por ele investidos, lhe propõe as peças de um quebra-cabeça que só ele pode montar: é ele que terá de escolher aquelas que o ajudarão a prosseguir e a consolidar a sua construção identificatória (Aulagnier, 1984: 230).

Aulagnier retoma a metáfora do Eu como um quebra-cabeça, mas não sem antes advertir para o fato de que esta montagem, a fim de oferecer uma imagem familiar e passível de investimento pelo Eu, precisa ter uma base de sustentação sólida constituída por um primeiro número de peças já encaixadas umas nas outras. Estas peças são o resultado de um primeiro trabalho de reunificação dos dois componentes do Eu: o identificador e alguns dos primeiros identificados oferecidos pelo porta-voz. “Peças agregadas”, que possuem as insígnias valorizadas pelo olhar daqueles que irão receber a sua demanda de reconhecimento, serão acrescentadas às primeiras. Este segundo conjunto pode adaptar-se melhor ou pior ao primeiro, dependendo do momento, da problemática e da expectativa dos destinatários.

De qualquer forma, o importante aqui é ressaltar que Aulagnier não só atribui ao edifício identificatório um caráter compósito, utilizando esta característica para situar as diversas potencialidades: a neurótica, a psicótica e a “polimorfa”, como sugere que, independentemente da história do construtor que decide sobre este primeiro agrupamento, “sempre estarão presentes os riscos de desencaixe, de linhas de fragilidade, de potencialidade de uma fissura” (Aulagnier, 1984: 231) entre este e o segundo agrupamento.

A localização da fissura nesse quebra-cabeça é o que define o tipo de potencialidade: se ela situa-se no interior do primeiro agrupamento, promovendo

um conflito entre as duas dimensões próprias ao Eu (o identificado e o identifiante), estamos diante de uma potencialidade psicótica. Se ela estabelecesse entre o primeiro agrupamento e as peças acrescentadas, testemunhas do que se tornou e está se tornando o Eu, encontramos a potencialidade neurótica, que diz respeito à relação do eu com os seus ideais. E, ainda, se as peças do quebra-cabeça estão aparentemente bem encaixadas, mas o construtor não reconhece no quadro resultante o modelo que deveria reproduzir, temos uma terceira potencialidade que, na ausência de um termo melhor, Aulagnier chama de “potencialidade polimorfa”. A passagem desta potencialidade ao estado manifesto dá lugar a quadros sintomáticos como os da perversão, algumas somatizações, a toxicomania, ou seja, aquilo que Joyce Mc Dougall definiu como relação aditiva, e Aulagnier tratou como relação passional ou alienante. É justamente sobre esta terceira possibilidade que versará o próximo capítulo.

Antes disso, contudo, vale fazer uma última observação a respeito da potencialidade: “Falar de potencialidade é postular que a psique permanece capaz de assinar ‘um pacto de não agressão recíproca’ entre o seu compromisso e o compromisso identificatório ao qual o eu adequa-se ao eu dos outros” (Aulagnier, 1984: 232). Ou seja, este conceito tem por função explicitar os “possíveis” à disposição do sujeito para enfrentar e, eventualmente, superar o conflito que está em jogo desde este tempo infantil, quando o eu é dependente dos encontros conflitivos que os outros e a realidade lhe impõem.

Aulagnier passa a defender a hipótese de que o Eu infantil recorre a um polimorfismo de defesas que, em si, não é essencialmente sinal de psicopatologia. Mesmo que polimorfos, as defesas da criança devem fazer frente aos seus conflitos identificatórios, redundando em uma “escolha” defensiva.

O abandono da defesa psicótica pressupõe que o Eu tenha podido, durante a sua vida infantil, ter a certeza de que o seu direito a ser e, portanto, a desejar foi adquirido, que os outros o aceitaram e até desejaram reconhecê-lo.

Em 1975, Aulagnier relacionava a passagem de uma psicose potencial a uma psicose manifesta com a falta, na cena da realidade, de um Eu capaz de encarnar para o sujeito esse Outro garantia de seus pontos de certeza no registro da identificação, da causalidade, isto é, do fundamento de suas construções históricas. Em 1984, ela acrescenta a importância de um encontro que venha desvelar para o sujeito uma falha identificatória que este ignorava e poderia

continuar ignorando. Este pode ser um encontro que se dê num tempo posterior ao da infância: “encontro entre o sujeito e outro ao qual ele atribui o mesmo poder que na infância detinham os representantes na realidade de uma instância não internalizada” (Aulagnier, 1984: 248). A consequência disto é que este sujeito não pode desinvestir nem destruir este “encontrado” da mesma forma que também não pode submeter-se absolutamente – como poderia em criança -, ao pensamento deste outro, em troca da garantia de que a vida de seu corpo e a sua vida psíquica serão preservadas. Sendo assim, uma terceira saída apresenta-se. Trata-se do estado de alienação, cuja riqueza clínica encontra-se nas relações passionais.